



ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO Em 30 de junho de 2015 e 2014	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS Percente aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014	10



Aos Srs. Administradores Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa de Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa de Práticas Contábeis às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 a) Apresentação das Demonstrações financeiras, que divulgam: (i) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre o mesmo assunto descrito no parágrafo "Opinião com ressalva", em 24 de agosto de 2015.

São Paulo, 28 de agosto de 2015.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/0-5

Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/0-2



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	30.06.2015	30.06.2014
Circulante		24.398.798	15.007.553
Disponibilidades		23.861	8.769
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.260.912	2.469.280
Aplicações no mercado aberto		4.048.759	2.286.246
Aplicações em depósitos interfinanceiros		212.153	138.996
Aplicações em moedas estrangeiras		-	44.038
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	3.244.232	2.606.171
Carteira própria		1.567.813	496.355
Vinculados a compromissos de recompra		48.506	42.465
Vinculados à prestação de garantias		486.137	518.367
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		90.402	1.241.632
Instrumentos financeiros derivativos		1.051.374	307.352
Relações interfinanceiras		55.781	68.180
Pagamentos e recebimentos a liquidar		899	44
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		54.088	67.766
Correspondentes		794	370
Operações de crédito	(6)	3.293.964	2.632.786
Setor privado		3.540.677	2.930.118
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.3)	(246.713)	(297.332
Operações de arrendamento mercantil			
Setor privado		67.591	161.330
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(67.591)	(161.330
Outros créditos	<i>z</i> =	13.376.436	7.033.929
Carteira de câmbio	(7.1)	11.455.825	5.858.337
Rendas a receber		21.687	16.156
Negociação e intermediação de valores	(7.0)	164.318	36.571
Diversos	(7.2)	1.889.467	1.182.832
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.3)	(154.861)	(59.967
Outros valores e bens		143.612	188.438
Despesas antecipadas		143.612	188.438
Não Circulante		8.124.620	4.548.126
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5)	793.265	526.680
Carteira própria		137.353	-
Vinculados a compromissos de recompra		1.147	-
Vinculados à prestação de garantias		131.187	-
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		82.104	224.998
Instrumentos financeiros derivativos		441.474	301.682
Operações de crédito	(6)	3.023.755	2.821.341
Setor privado		3.095.543	2.825.021
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.3)	(71.788)	(3.680
Operações de arrendamento mercantil			
Setor privado		15.678	71.293
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(15.678)	(71.293
Outros créditos		4.042.618	954.825
Carteira de câmbio	(7.1)	2.980.789	44.350
Rendas a receber		2.023	-
Diversos	(7.2)	1.059.914	910.475
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.3)	(108)	<u>-</u>
Outros valores e bens Despesas antecipadas		264.982 264.982	245.280 245.280



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil) (Continuação)

	NOTAS	30.06.2015	30.06.2014
Permanente		155.006	302.874
Investimentos		14.429	22.265
Participação em controlada no País	(9.1)	12.963	15.797
Outros investimentos	(9.2)	1.466	6.468
Imobilizado de uso		15.505	17.506
Outras imobilizações de uso		55.394	51.783
Depreciações acumuladas		(39.889)	(34.277)
Imobilizado de arrendamento	(6.2)	77.817	212.757
Bens arrendados		144.879	313.010
Depreciações acumuladas		(67.062)	(100.253)
Diferido		31	33
Gastos de organização e expansão		13.106	14.251
Amortização acumulada		(13.075)	(14.218)
Intangível	(8)	47.224	50.313
Ativos intangíveis		79.563	74.598
Amortização acumulada		(32.339)	(24.285)
TOTAL DO ATIVO		32.678.424	19.858.553

As notas explicativas anexas são parte integrantes das Demonstrações Finaceiras.



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil)

(
PASSIVO	NOTAS	30.06.2015	30.06.2014
Circulante		21.811.765	12.837.470
Depósitos	(10)	3.598.945	3.322.587
Depósitos à vista		219.577	152.918
Depósitos interfinanceiros		478.139	160.622
Depósitos a prazo		2.783.338	2.936.371
Depósitos em moeda estrangeira		117.891	72.676
Captações no mercado aberto		975.625	1.179.984
Carteira própria		49.724	41.932
Carteira de terceiros Recursos de aceites e emissão de títulos		925.901 2.011.781	1.138.052 657.732
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.107.651	657.732
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		882.524	037./32
Certificados de operações estruturadas		21.606	_
Relações interfinanceiras		1.845	768
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.845	768
Relações interdependências		3.384	36.599
Recursos em trânsito de terceiros		3.384	36.599
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	4.038.222	1.830.057
Empréstimos no exterior	()	3.825.779	1.625.789
Repasses do país		77.867	14.858
Repasses do exterior		134.576	189.410
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	832.569	302.108
Instrumentos financeiros derivativos	. ,	832.569	302.108
Outras obrigações		10.349.394	5.507.635
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.222	3.794
Carteira de câmbio	(7.1)	8.825.260	4.229.441
Sociais e estatutárias		5.821	4.692
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	156.280	80.157
Negociação e intermediação de valores		47.009	108.606
Dívida subordinada	(12.2)	13.906	7.802
Diversas	(12.3)	1.292.896	1.053.918
Resultado de exercícios futuros		-	19.225
Não Circulante		7.988.659	4.241.815
Depósitos	(10)	598.744	1.065.798
Depósitos a prazo	` ,	598.744	911.547
Depósitos interfinanceiros		-	154.251
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.955.505	1.293.841
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.955.505	1.293.841
Relações interdependências		132.753	-
Recursos em trânsito de terceiros		132.753	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	64.784	148.715
Repasses do país		64.784	119.431
Repasses do exterior		-	29.284
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	969.223	446.503
Instrumentos financeiros derivativos		969.223	446.503
Outras obrigações		4.267.650	1.286.958
Carteira de câmbio	(7.1)	3.090.819	46.199
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	412.100	355.992
Dívida subordinada	(12.2)	569.692	694.180
Diversas	(12.3)	167.854	188.208
Resultado de exercícios futuros		27.185	2.379
Patrimônio líquido	(13)	2.878.000	2.779.268
Capital social:		717.260	716.736
De domiciliados no País		4	4
De domiciliados no exterior		717.256	716.732
Reservas de lucros		717.260	714.029
Ajuste de avaliação patrimonial		(18.975)	(3.024)
Lucros acumulados		83.588	32.718
Participação de não controladores		1.378.867	1.318.809
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.678.424	19.858.553

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil)

	NOTAS	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Receitas da intermediação financeira		1.867.163	897.415
Operações de crédito		835.944	730.455
Operações de arrendamento mercantil		6.290	14.672
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		441.618	256.583
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		490.650	(164.359)
Resultado de operações de câmbio		92.661	4.144
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		-	55.920
Despesas da intermediação financeira		(1.222.304)	(424.399)
Operações de captação no mercado		(547.873)	(371.542)
Operações de empréstimos e repasses		(429.985)	91.336
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.3)	(244.446)	(144.193)
Resultado bruto da intermediação financeira		644.859	473.016
Outras receitas (despesas) operacionais		(287.755)	(358.694)
Receitas de prestação de serviços		153.247	119.308
Rendas com tarifas bancárias		47.616	32.117
Despesas de pessoal		(130.422)	(110.246)
Resultado de participação em controlada	(9)	1.638	4.508
Outras despesas administrativas		(412.017)	(325.246)
Despesas tributárias		(55.578)	(44.025)
Outras receitas operacionais	(14.1)	305.829	79.316
Outras despesas operacionais	(14.2)	(198.068)	(114.426)
Resultado operacional		357.104	114.322
Resultado não operacional		(1.729)	<u>(56</u>)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		355.375	114.266
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(136.552)	(23.386)
Provisão para imposto de renda		(67.161)	(15.184)
Provisão para contribuição social		(35.430)	(7.347)
Ativo fiscal diferido		(33.961)	(855)
Participações no lucro		(41.411)	(32.399)
Lucro líquido do semestre		177.412	58.481
Lucro líquido por ação - em R\$		0,20	0,08

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas d Legal	e Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Participação de não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	644.355	72.381	107.230	605.077	(476)	<u> </u>	1.294.768	2.723.335
Homologação do aumento de capital	72.381	(72.381)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	(2.548)	-	-	(2.548)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	34.440	24.041	58.481
Destinações:								
Reserva legal		<u>-</u>	1.722	<u>-</u>		(1.722)	<u> </u>	<u> </u>
Saldos em 30 de Junho de 2014	716.736		108.952	605.077	(3.024)	32.718	1.318.809	2.779.268
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	716.736	524	112.708	604.552	(4.128)	<u>-</u>	1.360.083	2.790.475
Distribuição de dividendos de resultados anteriores	-	-	-	-	-	-	(75.040)	(75.040)
Homologação do aumento de capital	524	(524)	-	-	-	-	-	
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	(14.847)	-	-	(14.847)
Lucro líquido do semestre		<u>-</u>	_	<u> </u>	<u>-</u> _	83.588	93.824	177.412
Saldos em 30 de junho de 2015	717.260		112.708	604.552	(18.975)	83.588	1.378.867	2.878.000

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil)

(Ent reals till)		
	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	240.627	275.259
Lucro líquido	177.412	58.481
Depreciações e amortizações	6.372	5.970
Depreciação de bens arrendados	19.808	44.428
Superveniência de depreciação	37.124	13.652
Resultado de participação em controlada	(1.638)	(4.508)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	(158.849)	(31.561)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	244.446	144.193
Provisão para fianças	31.421	(4.345)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	34.953	13.940
Tributos diferidos	33.961	855
Participações nos lucros e bônus	29.761	23.907
Provisão - outras	(1.582)	2.114
Provisão para perdas operacionais	13.182	3.333
Serviços prestados a receber	-	(979)
Receita de prestação de serviços não recebidas	(981)	-
Amortização de despesas antecipadas	-	4.497
Amortização de despesas com parceiros comerciais	9.150	-
Constituição de crédito fiscal	(162.022)	-
Variação monetária	(71.891)	1.282
Variação de ativos e obrigações	43.586	147.951
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	47.297	80.583
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(70.633)	754.932
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	50.974	(13.497)
(Aumento) Redução em relações interdependências	82.573	(12.535)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(1.353.100)	(68.836)
(Aumento) Redução em outros créditos	(311.474)	(967.033)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	45.841	(85.121)
(Aumento) Redução de imobilizado de arrendamento	6.593	13.347
Aumento (Redução) em depósitos	205.700	(714.764)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(834.548)	(503.927)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	1.090.484	836.661
Aumento (Redução) Sociais e Estatutária - PLR	(3.138)	(7.820)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.179.744	(44.694)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(92.350)	877.761
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(377)	2.894
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	284.213	423.210
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	7.231	9.998
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(870)	(4.296)
(Aquisição) Alienação de diferido	1	-
(Aquisição) Alienação de intangível	(1.311)	(516)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	5.051	5.186
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.032	3.200
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio	(164.075)	(54.399)
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	(268.791)	(30.076)
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(432.866)	(84.475)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(143.602)	343.921
No início do período	4.231.960	2.051.081
No fim do período	4.088.358	2.395.002
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(143.602)	343.921
TAINING DE CHIMA E EQUITATEITE DE CHIMA	(173.002)	J+3.3£1

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Conselho Monetário Nacional - CMN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de Junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do Bacen nº 3.701, de 31 de Março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIE

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras e fundo de investimento:

InstituiçõesAtividadePaísBanco Cetelem S.A.BancáriaBrasilBNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no exteriorFundo de InvestimentoBrasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A. O fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros; v) ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e vi) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Conglomerado, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

Em 25 de junho 2015 foi aprovado o pronuncionamento CPC 33 (RI) - Benefícios a Empregados - homologada pela Resolução CMN 4.424/15, que entrará em vigor à partir de janeiro 2016.

Conforme determina o paragrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Nas operações de arrendamento mercantil, é apurado pelo regime de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índice e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

Continua



b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº3.064/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido Ajuste de Avaliação Patrimonial líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos mantidos até o vencimento** Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Conglomerado não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2015.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge".

 Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.

a) Imobilizado de Arrendamento

O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é deduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria do Ministério da Fazenda-MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil, quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado.

Atualmente, a carteira de arrendamento está composta apenas por veículos, cujo prazo de depreciação é de 42 meses. O Conglomerado, visando atender ao regime de competência, também constituiu superveniência de depreciação, classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.

Continua



h) Outros valores e bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data será reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito efetuadas após 2 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes a originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

i) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e veículos e 10% para outros bens.

k) Ativo Diferido

O ativo diferido, representado por gastos de organização e expansão, é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos.

l) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

m) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

n) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- Contingências Passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contigentes estão apresentados na nota 12.3.1.

Continua



p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no semestre e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de varias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei a alíquota poderia ser fixada em patamares diferentes do proposto pelo Executivo. Não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidade	23.861	8.769
Aplicações no mercado aberto (a)	4.048.759	2.286.246
Aplicações em depósitos interfinanceiros (a)	15.738	55.949
Aplicações em moedas estrangeiras (a)	-	44.038
Total	4.088.358	2.395.002

⁽a) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1. Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2015						30.06.2014		
		Ajuste a mercado Por Vencimento							
	Valor de custo/ contrato	Resultado	Patrimônio Liquido	Valor de Mercado	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de mercado
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	25
Letras do Tesouro Nacional - LTN	780.608	(561)	-	780.047	780.047	-	-	-	332.804
Notas do Tesouro Nacional - NTN	233.484	(4.531)	-	228.953	228.953	-	-	-	1.066.062
Outros - Usufruto		<u>-</u>	<u>-</u>						54.488
	1.014.092	(5.092)	-	1.009.000	1.009.000	-	-	-	1.453.379
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	915.260	-	(8.596)	906.664	49.975	-	599.669	257.020	1.069.328
Notas do Tesouro Nacional - NTN	96	-	-	96	-	-	-	96	1.110
Debêntures	325.783	-	(2.417)	323.366	-	-	228.691	94.675	-
Nota Soberana	320.012		(14.489)	305.523			305.523		
	1.561.151	-	(25.502)	1.535.649	49.975	-	1.133.883	351.791	1.070.438
Subtotal do ativo	2.575.243	(5.092)	(25.502)	2.544.649	1.058.975		1.133.883	351.791	2.523.817
Instrumentos financeiros									
derivativos - Ativo									
Operações de opções	206.324	112.203	-	318.527	21.350	46.557	50.413	200.207	157.060
Operações a termo	662.221	37.304	-	699.525	89.753	79.822	527.988	1.962	178.777
Operações de "swap"	398.039	76.757		474.796	21.406	48.966	165.119	239.305	273.197
	1.266.584	226.264		1.492.848	132.509	175.345	743.520	441.474	609.034
Total do ativo	3.841.827	221.172	(25.502)	4.037.497	1.191.484	175.345	1.877.403	793.265	3.132.851
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	239.156	155.531	-	394.687	20.886	91.897	49.955	231.949	275.495
Operações a termo	157.415	(2.193)	-	155.222	9.790	60.180	80.878	4.374	124.806
Operações de "swap"	1.009.628	242.255	-	1.251.883	76.922	124.909	317.152	732.900	348.310
Total do passivo	1.406.199	395.593		1.801.792	107.598	276.986	447.985	969.223	748.611

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

Continua



5.2. Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

A contabilização é realizada conforme como segue:

- Operações de "swap" o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- Operações a termo pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas
 e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se
 técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- Operações com opções os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção,
 e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício.
 O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- Operações de futuros o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou
 despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas
 pelo mercado.

5.3. Valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos registrados em conta de compensação

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	<u>Opções</u>	Total
Moeda estrangeira	34.219.455	13.463.923	42.136.416	5.972.839	95.792.633
Taxa de juros	5.853.566	-	71.370.716	4.132	77.228.414
Outros	394.364			44.774	439.138
Total 30.06.2015	40.467.385	13.463.923	113.507.132	6.021.745	173.460.185
Total 30.06.2014	22.697.021	10.946.618	45.892.314	8.897.062	88.433.015

5.4. Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e liquidação de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia, no valor de R\$ 617.324 e de fiança bancária no valor de R\$ 100.000 (R\$ 518.367 e R\$ 180.000 respectivamente em 2014).

5.5. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

02/01/2023

Em 30 de Junho de 2015, o Conglomerado possuía as seguintes posições em operações:

428.992

	Instrumento		Objeto de "Hedge"				
		Valor		-	Valor de	Valor de	Ajuste no
<u>Produto</u>	Vencimento	Referencial	Produto	Indexador	Curva	Mercado	Resultado
DI Futuro	02/01/2019	3.610.861	CDI	Pré	3.648.622	3.613.697	(9.150)
DI Futuro	02/01/2020	14.920	Instrumento de Dívida Res. 3.444	Pré	15.865	14.920	(160)
DI Futuro	04/01/2016	248.382	CDB	Pré	268.052	266.005	1.101

Dólar

416.114

429.084

"Hedge" de Risco de Mercado

"Hedge" de Fluxo de Caixa Objeto de "Hedge" Instrumento Aiuste no Valor Valor de Ajuste no Patrimônio **Produto** Vencimento Referencial Produto Indexador Mercado Resultado Líquido DI Futuro 04/01/2016 57.542 CDB Pós 58.177 57.542 (264)DI Futuro 04/01/2016 LF 316.106 Pós 319.202 316.106 (1.858)

Instrumento de Dívida Res. 4.192

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2015, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o semestre.

Continua

(6.034)

Página 14



DI Futuro

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas as operações de crédito; que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros Entes e operações de empréstimos e CDC atrelados a cartão de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil:

6.1. Composição por operação e por nível de risco

	30.06.2015								
Ratting	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamento	Financiamento Rural e Agroindustriais	Arrendamento Mercantil	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio	Títulos de Créditos a Receber	Total	Valor Contábil	
AA	1.177.348	94.057	37.866	77.817	967.784	-	2.354.872	1.592.713	
Α	4.534.520	85.397	19.179	-	1.037.246	1.405.534	7.081.876	6.065.961	
В	132.139	3.997	28.031	-	164.195	36.138	364.500	263.076	
С	114.882	1.913	-	-	176.826	14.269	307.890	121.010	
D	83.364	502	-	-	2.906	7.870	94.642	67.133	
E	48.564	286	-	-	59.138	4.580	112.568	44.741	
F	59.742	329	-	-	-	4.011	64.082	53.038	
G	48.310	40	-	-	-	1.475	49.825	40.981	
Н	165.536	218			<u>-</u>	340	166.094	189.646	
Total	6.364.405	186.739	85.076	77.817	2.408.095	1.474.217	10.596.349	8.438.299	
PDD	310.555	4.189	3.757		141.288	13.681	473.470	360.979	

6.1.2. Composição por setor de atividade

	30.06.20	30.06.2014		
Descrição	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Pessoa Física	6.465.941	61,02	5.745.973	68,09
Serviços	2.451.953	23,14	1.570.731	18,62
Indústria	1.338.697	12,63	759.391	9,00
Comércio	339.758	3,21	362.204	4,29
Total	10.596.349	100,00	8.438.299	100,00

6.1.3. Composição por vencimento

	30.06.20	30.06.2015		
Descrição	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	5.565.968	52,53	3.723.663	44,13
De 181 a 360 dias	1.603.874	15,14	1.538.767	18,23
Acima de 361 dias	3.129.474	29,53	2.936.473	34,80
Vencidos:				
Até 14 dias	21.164	0,20	3.066	0,04
De 15 a 60 dias	47.325	0,45	40.782	0,48
Vencidas há mais de 60 dias	228.544	2,15	195.548	2,32
Total	10.596.349	100,00	8.438.299	100,00
				

6.2. Carteira de Arrendamento a Valor Presente

<u>Descrição</u>	30.06.2015	30.06.2014
Arrendamentos a receber	36.227	84.475
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(36.227)	(84.475)
Valores residuais a realizar	47.042	148.148
Valores residuais a balancear	(47.042)	(148.148)
Imobilizado de arrendamento	144.879	313.010
Depreciações acumuladas	(128.946)	(229.796)
Superveniências de depreciações	61.884	129.543
Total - Carteira de arrendamento	77.817	212.757

Continua



6.3. Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Saldo inicial do semestre	408.717	344.354
Constituição líquida	292.054	194.560
Reversão da provisão	(47.608)	(50.367)
Baixa da provisão	(179.693)	(127.568)
Saldo no final do semestre	473.470	360.979
Provisão requerida pela Resolução 2.682/99	331.422	301.578
Provisão complementar	142.048	59.401

Em 2015 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$ 19.751 (R\$ 21.940 em 2014). Os créditos renegociados no semestre montam R\$ 1.399.286 (R\$ 599.199 em 2014).

Em 30 de junho de 2015, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 4,47% (4,28% em 2014).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1. Carteira de câmbio

ATIVO	30.06.2015	30.06.2014
Câmbio comprado a liquidar	8.981.980	3.551.424
Direitos sobre venda de câmbio	5.472.821	2.300.929
Cambiais em moeda estrangeira	46.078	39.717
Adiantamentos em moeda nacional	(89.878)	(4.051)
Adiantamentos em moeda estrangeira	(98)	(952)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	25.711	15.620
Total	14.436.614	5.902.687
Curto prazo	11.455.825	5.858.337
Longo prazo	2.980.789	44.350
PASSIVO PASSIVO	30.06.2015	30.06.2014
Câmbio vendido a liquidar	6.389.510	2.330.210
Obrigações por compra de câmbio	7.908.952	3.500.933
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(2.382.383)	(1.555.503)
Total	11.916.079	4.275.640
Curto prazo	8.825.260	4.229.441
Longo prazo	3.090.819	46.199

As compras e vendas de câmbio no mercado futuro são tratados como derivativos (compras/vendas a termo) e estão mensuradas por seu valor de mercado com contrapartida ao resultado do semestre. Tais transações estão registradas no grupo de operações de câmbio na demonstração do resultado do semestre. A marcação a mercado foi positiva em R\$ 132.227 em 2015.

7.2. Diversos

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Crédito tributário de impostos e contribuições	718.208	717.257
Recompra antecipada	-	6.971
Adiantamento de comissão	13.675	28.072
Baixa de repasse pendente	-	9.218
Valores a receber de sociedades ligadas	4.523	3.990
Antecipação de portabilidade	12.679	-
Pagamentos a ressarcir	5.176	-
Impostos e contribuições a compensar	279.076	33.604
Devedores diversos - Exterior	1.501	4.453
Devedores diversos - País	11.849	12.834
Adiantamentos diversos	7.162	6.173
Títulos de créditos a receber	1.474.217	899.279
Devedores por depósitos em garantia	421.315	371.456
Total	2.949.381	2.093.307
Curto prazo	1.889.467	1.182.832
Longo prazo	1.059.914	910.475

Continua



No semestre findo em 30 de junho de 2015, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em		~	Saldo em
<u>Descrição</u>	01.01.2015	Constituição	Realização	30.06.2015
Imposto de renda				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	126.091	74.083	(64.266)	135.908
Ajuste a mercado de derivativos	31.976	4.399	(31.976)	4.399
Provisão títulos disponíveis para venda	2.401	2.753	(2.401)	2.753
Provisão para riscos fiscais	89.293	4.244	-	93.537
Provisão para outros passivos contingentes	28.615	3.904	(7)	32.512
Provisão de avais e fianças	24.393	9.995	(2.139)	32.249
Provisão para outros passivos	28.686	19.102	(23.991)	23.797
Provisões diversas	22.266	4.640	(1.404)	25.502
Amortização Ágio	107.189	-	(10.265)	96.924
Prejuízo fiscal	6.775	-	(6.775)	-
"Imparment"- AVJ		1.481		1.481
	467.685	124.601	(143.224)	449.062
Contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75.656	44.451	(38.560)	81.547
Ajuste a mercado de derivativos	18.890	2.344	(18.890)	2.344
Provisão títulos disponíveis para venda	1.441	1.652	(1.441)	1.652
Provisão para riscos fiscais	53.578	2.546	-	56.124
Provisão para outros passivos contingentes	17.167	2.343	(4)	19.506
Provisão de avais e fianças	14.635	5.996	(1.284)	19.347
Provisão para outros passivos	17.217	11.461	(14.394)	14.284
Provisões diversas	13.358	2.784	(843)	15.299
Amortização Ágio	64.314	-	(6.159)	58.155
Base negativa	4.065	-	(4.065)	-
"Imparment"- AVJ	-	888	-	888
•	280.321	74.465	(85.640)	269.146
Total 2015	748.006	199.066	(228.864)	718.208
		172.656		

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2015 é:

Projeção	2015	2016	2017	2018	2019	até 2024	Total
Créditos tributários	175.630	166.201	84.213	51.964	50.980	189.220	718.208

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2015, é estimado em R\$ 487.740 utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

8. INTANGÍVEL

		30.06.2015			
			Amortização	Valor	Valor
	_(%)	Custo	Acumulada	Líquido	Contábil
Ágio incorporado - Submarino Finance (i)	20	45.989	(8.966)	37.023	40.494
Outros ativos intangíveis	20	33.574	(23.373)	10.201	9.819
Total		79.563	(32.339)	47.224	50.313

É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$ 37.023, decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por "impairment" ao menos anualmente, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$ 10.201.

Continua

Página 17



de 2020

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

9.1. Investimento em Controlada No País

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.		
	30.06.2015	30.06.2014	
Informações relevantes sobre o investimento			
Patrimônio Líquido	17.428	21.239	
Resultado do semestre	2.202	6.056	
Participação no capital	74,38%	74,38%	
Resultado da participação em controlada	1.638	4.508	
Valor contábil do investimento	12.963	15.797	

9.2. Outros investimentos

Está representado basicamente por um investimento no Condomínio do Sistema Galgo, um projeto criado pela ANBIMA com parceria de outras Instituições Financeiras. O Banco BNPP possui 6,6667% do Projeto Galgo, que em junho de 2015 representa R\$ 893 (R\$ 5.921 em 2014). Em junho de 2015 foi efetuada, com base em laudo técnico de avalição, uma perda no seu valor recuperável "impairment" no montante de R\$ 5.923.

10. DEPÓSITOS

Segue abaixo a captação em depósitos existente em 30 de junho de 2015 por vencimento:

	Em quantidade de dias						
<u>Títulos</u>	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total 2015	Total 2014
Depósito à vista	219.577	-	-	-	-	219.577	152.918
Depósito interfinanceiro	-	53.888	110.580	313.671	-	478.139	314.873
Depósito a prazo	-	102.313	764.563	1.916.462	598.744	3.382.082	3.847.918
Depósito em moeda estrangeira			117.891			117.891	72.676
Total	219.577	<u>156.201</u>	993.034	2.230.133	598.744	4.197.689	4.388.385

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

<u>Descrição</u>	30.06.2015	30.06.2014
Empréstimos e repasses	4.103.006	1.978.772
Curto prazo	4.038.222	1.830.057
Longo prazo	64.784	148.715

- · Obrigações em Moedas Estrangeiras financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:
 - i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 06 de junho de 2016 com encargos financeiros que variam de 0,03% a.a. a 0,84% a.a. (0,37% a.a. a 0,73% a.a. em 2014), além da respectiva variação cambial;
 - ii) Outros empréstimos, vencíveis até 30 de setembro de 2015, com encargos financeiros de 6,81% a.a. (5,64% a.a. a 7,08% a.a. em 2014), além da respectiva variação cambial.
- Operações de Repasses do País FINAME vencíveis até 17 de junho de 2019 com encargos que variam de:
 - i) 8,50% a.a. (7,50% a.a. em 2014) acima da variação da taxa de juros de longo prazo TJLP;
 - ii) 3,80% a.a. a 6,50% a.a. (3,80% a.a. a 6,30% a.a. em 2014) para operações em R\$ -PRÉ e
 - iii) 2,50% a.a. (2,50% a.a. em 2014) para operações em UMBNDES.
- FUNCAFE com encargos que variam de 1,00% a.a. a 6,50% a.a. (2,00% a.a. em 2014), vencíveis até 25 de julho de 2016 e
- Repasses do Exterior realizadas com BNP Paribas Paris, com encargos financeiros que variam de 0,64% a.a. a 1,30% a.a. (0,62% a.a. a 1,67% a.a. em 2014), vencíveis até 11 de fevereiro de 2016.

Continua



12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Composição de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	102.591	22.231
Provisão para riscos fiscais (a)	409.755	355.993
Impostos e contribuições a recolher	24.257	23.839
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b)	31.777	34.086
Total	568.380	436.149
Curto prazo	156.280	80.157
Longo prazo	412.100	355.992

- (a) Em 30 de junho de 2015 a provisão para riscos fiscais é composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$ 290.117 e R\$ 46.736, respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$ 65.026 referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.
- (b) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente a superveniência de depreciação no montante de R\$ 15.471, e, com os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 13.961.

12.2. Composição de Outras Obrigações - Dívida subordinada

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Dívida subordinada - Resolução CMN 3.444/07	13.889	312.246
Dívida subordinada - Resolução CMN 4.192/13	569.709	389.736
Total	583.598	701.982
Curto prazo	13.906	7.802
Longo prazo	569.692	694.180

A dívida subordinada pela Resolução 4.192 está representada por recurso captado por meio de emissão de "fixed rate notes" no valor de US\$ 175 milhões a R\$ 569.709, já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2015 (R\$ 389.736 em 2014), vencível até janeiro de 2023, com juros de 5,27% a.a.

A dívida subordinada pela Resolução 3.444 está representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$ 13.889 (R\$ 12.664 em 2014), vencíveis até fevereiro de 2020, com juros prefixados de 12,70% a.a. A dívida subordinada de valor de US\$ 125 milhões pela Resolução 3.444 vencível até Janeiro de 2016 foi resgatada antecipadamente em Junho de 2015, conforme autorizado pelo Banco Central do Brasil através do Ofício 12.491/2014-BCB/Deorf/Difin.

12.3. Composição de Outras Obrigações - Diversas

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Valores a pagar a sociedade ligada	8.947	11.860
Provisão de despesas de pessoal	108.389	97.608
Provisão para perdas com fianças e avais	128.992	134.091
Provisão para passivos contingentes cíveis	69.952	66.838
Provisão para contingência trabalhista	59.913	53.528
Valores a serem liberados aos conveniados	983.195	724.799
Provisão para despesas administrativas	85.945	88.504
Outras	15.417	64.898
Total	1.460.750	1.242.126
Curto prazo	1.292.896	1.053.918
Longo prazo	167.854	188.208

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

12.3.1. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 01.01.2015	382.121	64.066	50.393	496.580
Reclassificação	7.391	-	-	7.391
Constituição	1.440	5.874	8.915	16.229
Reversão/pagamento	-	-	(140)	(140)
Atualização monetária	18.803	12	745	19.560
Saldo em 30.06.2015	409.755	69.952	59.913	539.620
Saldo em 30.06.2014	355.993	66.838	53.528	476.359

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 30 de junho de 2015, os riscos considerados como de perda possível e remota montam em R\$ 151.849.

Continua



13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

EmpresasQuantidade de açõesBanco BNP Paribas Brasil S.A.166.829Banco Cetelem S.A.905.165.792

Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado Prudencial e do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

	Banco BNPParibas Brasil S.A.	Banco Cetelem S.A.	Conglomerado Prudencial
Patrimônio Líquido	1.499.133	1.378.867	2.878.000
Lucro líquido do semestre	83.588	93.824	177.412

a) Destinação do resultado

Do lucro líquido apurado no final de cada semestre, 5% são destinados para a constituição da reserva legal, desde que não exceda 20 % do Capital Social.

O resultado do Banco BNP Paribas Brasil S.A. no semestre findo de 30 de junho de 2015 foi de R\$ 83.588. A destinação do resultado do semestre ocorrerá até o final do exercício.

O resultado do Banco Cetelem S.A. no semestre findo em 30 de junho de 2015 no valor de R\$ 93.824 teve a seguinte destinação; sendo R\$ 4.690 a título de Reserva Legal; conforme Estatuto Social; R\$ 89.134 para rubrica reservas especiais de lucros.

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Empresas	<u>Dividendos mínimo</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A.	1%

14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

14. 1. Outras receitas operacionais

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Reversão de provisões trabalhistas		13.330
Reversão de provisões de fianças prestadas	-	4.345
Receitas sobre pré pagamentos em operações de crédito	34.972	25.146
Variação cambial	113	4.630
Receitas - multas por atraso	17.968	14.665
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal	232.165	-
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	16.448	12.710
Taxa de participação	-	1.099
Recuperação de encargos e despesas	1.806	274
Outras	2.357	3.117
Total	305.829	79.316

14.2. Outras despesas operacionais

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Constituição e atualização em depósitos judiciais	18.816	35.946
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	37.953	22.699
Descontos concedidos em renegociações	23.583	8.323
Convênios	8.748	6.760
Despesas com fraudes	-	6.510
Comissão de adiantamento a fornecedor	22.287	6.464
Provisão para despesas com reestruturação	-	4.870
Amortização de despesas antecipadas com parceiros-contratos	9.150	4.497
Provisão para perdas e fianças prestadas	44.603	3.332
Despesas com parceiros e fundo de marketing	-	2.611
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	665	599
Provisão para baixa de repasse pendente	-	313
Ressarcimento de custos operacionais	7.126	-
Recompras não averbada	1.451	-
Outras	6.626	22.611
Variação cambial	17.060	
Total	198.068	125.535
		Continuo

Continua



15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	355.375	114.266
(-) Participação dos empregados no lucro	(41.411)	(32.399)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	313.964	81.867
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	313.964	81.867
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(125.573)	(32.815)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal :		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	655	1.897
Dividendos	-	5.194
Notas Soberanas	2.885	-
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos	(14.519)	2.338
Total	(136.552)	(23.386)

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$ 4.967.476 (R\$ 3.831.162 em 2014) e estão registradas em contas de compensação.

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante de R\$ 128.992 (R\$ 134.091 em 2014) registrada em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 12.3).

16.2. Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$ 29.036.831 (R\$ 28.402.356 em 2014).

16.3. Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução CMN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

	30.06.2015				
			Receita (Despe	esa)	
Descrição	Ativo	Passivo	Variação Cambial	Juros	
Adiantamento sobre contrato de câmbio	2.557	-	-	441	
Empréstimos no exterior	-	2.774	(1.179)	(441)	

16.4. Transações com partes relacionadas

16.4.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no semestre que representam benefícios de curto prazo foi de R\$ 12.231 (R\$ 9.988 em 2014), benefícios de longo prazo de R\$ 541 (R\$ 651 em 2014) e benefícios de rescisão de contrato de trabalho de R\$ 2.497. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações.

16.4.2. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

		30.06.2015		30.06.2	30.06.2015		30.06.2015		.2014
Descrição		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)				
Disponibilidade em moeda estrangeira		15.761		4.396					
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	(15.348)	-	(2.752)	-				
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal e Hong Kong	parte relacionada	(413)	-	(1.644)	-				
Arrendamento mercantil		77.817	6.290	212.757	14.672				
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(77.817)	(6.290)	(212.757)	(14.672)				
Serviços Prestados a Receber		981	981	3.007	979				
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(981)	(981)	(3.007)	(979)				
					Continua				
					Página 21				



		30.06.2015		30.06.2014	
Descrição		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Devedores diversos - exterior		1.501	14.739	4.453	(6.856)
BNP Paribas S.A Nova York	parte relacionada	-	-	(1.060)	(270)
BNP Paribas S.A Colombia	parte relacionada	(1.501)	(1.501)	(3.171)	(971)
BNP Paribas S.A Singapura	parte relacionada	-	-	(222)	(145)
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	-	(13.238)	-	8.242
Outros Créditos - Valores a receber de sociedades ligadas		4.523	21.626	36.549	(21.609)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	(290)		-	-
Cardif do Brasil S.A.	parte relacionada	(4.233)	(21.626)	(3.986)	(16.138)
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	-	-	(4)	15.487
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	parte relacionada	-	-	(32.559)	22.260
Depósitos à vista		(3.404)		(2.103)	
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	3.182	-	1.841	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	28	-	44	-
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	3	-	3	-
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	parte relacionada	191	-	204	-
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	-	-	11	-
Depósitos a Prazo		(28.132)	(3.041)	(42.664)	(2.534)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	81	5	88	4
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	5.691	1.818	28.632	1.888
Cetelem America S.A.	controlada	1.173	68	1.037	62
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	18.108	1.042	9.959	496
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	parte relacionada	3.079	108	2.948	84
Obrigações por emissão de letras financeiras		(588)	(33)	(524)	(24)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	588	33	524	24
Obrigações por empréstimos e repasses		(3.957.263)	(271.076)	(1.832.635)	79.769
BNP Paribas S.A. (Paris, Singapura, Nova York e Tokyo)	parte relacionada	3.957.263	271.076	1.832.635	(79.769)
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas		(8.947)	(23.473)	(11.860)	(35)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	1.209	-	1.298	-
Cardif do Brasil S.A.	parte relacionada	7.401	-	10.009	-
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	14	12.061	30	35
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	parte relacionada	323	11.412	523	-
Outras obrigações - Dívida subordinada		(556.739)	(159.625)	(668.315)	7.745
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	-	67.188	282.588	(7.350)
BNP Paribas S.A. Bélgica	parte relacionada	556.739	92.437	385.727	(395)

20.06.2015

20.06.2014

16.5. Lei 12.973 (anterior Medida Provisória nº 627)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Em 2014 o Banco BNPP não optou pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 e consideramos que a referida Lei não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição quando de sua adoção.

17. RISCO OPERACIONAL

O Conglomerado mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Conglomerado manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Continua



18. RISCO DE CRÉDITO

A área de gestão do risco de crédito atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito.

A área de Risco de Crédito está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado onde identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

A área de gerenciamento do risco de mercado, funciona independentemente das áreas de negócios, e é responsável pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, pela aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, pela validação dos novos produtos e pelas decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta pelo Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) que atua com apoio das áreas de Finanças, Compliance, Tesouraria e Gestão de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito, entre outras. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Orgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do Conglomerado Financeiro e do Conglomerado Prudencial. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE LIQUIDEZ

O Conglomerado, em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento, manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/0-8



BANCO BNP PARIBAS BRASIL

São Paulo / SP

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 1º e 10º ao 14º andares

CEP: 04543-906

Tel.: (11) 3841-3100 / Fax: (11) 3841-3200

Belo Horizonte / MG

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar

CEP: 30112-010

Tel.: (31) 3254-1250 / Fax: (31) 3254-1260

Curitiba / PR

Rua Carneiro Lobo, 468 - Cjs. 201, 202 e 203

CEP: 80240-240

Tel.: (41) 3099-7250 / Fax: (11) 3099-7260

Rio de Janeiro / RJ

Av. Rio Branco, 1 - Sala 1002

CEP: 20090-003

Tel.: (21) 3094-8200 - Ramal 2060 / Fax: (21) 3094-8231

